

## BOLETIM 219

Brasília, 30 de setembro de 2016

# Mazinho reúne-se com diretoria da Federação dos Trabalhadores do Pará e Amapá - FETRACOMPA

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, reuniu-se com os integrantes da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário dos Estados do Pará e do Amapá- FETRACOMPA, que foi uma das entidades fundadoras da confederação.

O presidente foi recebido pelo presidente em exercício, Antonio Rodrigues, e pelo presidente licenciado, companheiro Agnaldo, além dos diretores Iran Guimarães, Alberto Alexandre, João e Regina.

Os dirigentes da FETRACOMPA pediram a colaboração da CONTRICOM no processo eleitoral que está em curso e que culminará com a eleição da diretoria no próximo mês de novembro.

O presidente Mazinho colocou-se à disposição no sentido de contribuir com a construção de uma solução unitária que seja capaz de dar continuidade aos trabalhos da Federação e à luta em defesa dos interesses da categoria.

Os representantes da Federação relataram o processo eleitoral que está em curso e informaram que todo esforço está sendo feito no sentido da construção de uma sólida unidade



**Da esquerda para a direita: Regina, João, Alexandre, Antonio Rodrigues (atual presidente), Iran Guimarães, presidente Mazinho e Agnaldo (presidente licenciado), durante o encontro**

entre todas as lideranças da entidade que permita o avanço do trabalho que está sendo realizado.

“A reunião foi bastante produtiva, inclusive sobre o processo estatutário”, afirmou o presidente da CONTRICOM. Segundo ele a reunião serviu para discutir “a definição de linhas de ação para o futuro”.

O dirigente sindical aproveitou a oportunidade para prestar informações sobre o processo judicial que envolve a CNTIC, quando reafirmou que a CONTRICOM, antes com a CNTI e agora quando a Confederação assumiu a paternidade de todas as ações, já ganhou em todas as instâncias da Justiça e lembrou que já houve determinação judicial para que o Ministério do Trabalho cancele definitivamente o registro da entidade paralela.

“Com isso, podemos assegurar que a CONTRICOM é a única e legítima representante de nossa categoria em todo território nacional”, sentenciou.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



## Ministro da Fazenda descarta aumento de impostos para 2016

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, descartou nesta quinta-feira (29) a possibilidade de aumento de impostos para este ano e disse que todas as projeções feitas estão de acordo com a arrecadação prevista. Ele também não acredita que, em 2017, sejam aumentados os tributos, porque, a princípio, isso não é contemplado no orçamento para o ano que vem.

Segundo ele, a prioridade nacional atualmente é controlar a queda da economia, estabilizar, voltar a crescer, investir e criar empregos. “Para isso, estamos tomando providências para o governo deixar de ser um grande absorvedor de poupança da sociedade, controlando o crescimento das despesas públicas. Com isso, haverá maior disponibilidade de recursos para financiamento, crédito e investimento. Não só para o financiamento direto, mas para o doméstico, externo e o consumo que vai gerar aumento da renda emprego e queda da inflação”.

Meirelles afirmou que esse é um trabalho de profundidade que visa dar ao Brasil condições de crescer de forma sustentada por muitos anos. “Os resultados já estão positivos, as expectativas com a economia estão melhorando em todos os setores e o índice de confiança está melhorando. Isso já começa a se refletir na retomada das atividades com alguns setores já crescendo e outros diminuindo a queda.”

**Queda na arrecadação** - Meirelles disse que a queda na arrecadação anunciada hoje reflete uma tendência histórica de que mostra que

quando o PIB – Produto Interno Bruto - está aumentando a arrecadação cresce e vice-versa. “O que vemos agora é o resultado dessa recessão fortíssima na qual o Brasil entrou no final de 2014. Estamos na maior recessão da história do país que é resultado da política econômica dos últimos anos. Na medida em que isso é corrigido, a atividade se estabiliza e começa a mostrar resultados”, explicou.

O ministro da Fazenda falou, também, que espera fechar o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 – que limita os gastos públicos - na próxima terça-feira e a ideia é a de que o texto seja o melhor possível e seja aprovado ainda neste ano. De acordo com o ministro a PEC é muito simples e objetiva, não dando espaços para que o governo ceda muito, já que estabelece um limite de gastos públicos pelos próximos dez anos, podendo ser prorrogado de acordo com o critério proposto para esse período. “Estamos discutindo questões relacionadas ao que será considerado sucesso da PEC e quando e em que condições poderemos declarar que o ajuste está sendo bem sucedido”, enfatizou.

Sobre a Reforma da Previdência, o ministro da Fazenda afirmou que a meta é enviar o texto ao Congresso Nacional nas próximas semanas para que seja aprovado no primeiro semestre de 2017. “Reforma da Previdência não é algo para ser aprovado a toque de caixa. É da maior importância porque envolve toda a população brasileira e precisa ser discutida com maior franqueza e seriedade. Mais importante do que a idade com que a pessoa vai se aposentar é garantir que todos vão receber aposentadoria”, finalizou.

*Fonte: Agência Brasil*

## Governo ultrapassa nos últimos 12 meses meta do deficit primário

Nos oito primeiros meses de 2016, o Governo Central gastou R\$ 71,5 bilhões a mais do que arrecadou. É o pior resultado das contas públicas para o período desde o início da série histórica, em 1997.

Nos últimos 12 meses, o valor do déficit nas contas chega a mais de R\$ 172 bilhões e ultrapassa a meta do déficit primário para 2016, que é de R\$170 bilhões. Somente em agosto deste ano o rombo nas contas foi quatro vezes maior que agosto de 2015.

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, disse que a Previdência Social é o principal motivo para o resultado negativo.

O governo federal estuda enviar ao Congresso projeto que estabelece idade mínima de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem. Centrais sindicais questionam a forma como é feito o cálculo do governo e afirmam que a Previdência não é deficitária.

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paulo Vescovi, aponta também como motivos desse resultado negativo a quitação de passivos da União com bancos públicos e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que fez o governo desembolsar mais de R\$ 55 bilhões em dezembro do ano passado.

*Fonte: Portal EBC*



## FMI recomenda ao Brasil mudanças no salário mínimo e reformas

***Na prática, o que o órgão quer é mais arrocho e retrocesso nos direitos da Previdência Social***

O Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendou a revisão da fórmula para cálculo do salário mínimo, a aprovação de um teto para os gastos públicos e as reformas da Previdência e trabalhista no Brasil. O organismo internacional divulgou declaração nesta quinta-feira (29), na qual analisa a situação da economia brasileira após missão oficial ao país.

“A fórmula para as revisões do salário mínimo afeta o crescimento de pensões e outros benefícios e é, portanto, uma grande fonte de pressão fiscal no médio prazo. O vínculo entre benefícios sociais e o salário mínimo merece revisão, enquanto a fórmula do salário mínimo deveria ser revisada para melhor refletir as melhoras em produtividade”, afirma o relatório.

Atualmente, a atualização do salário mínimo no Brasil leva em conta a inflação do ano



anterior e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e riquezas produzidos em um país) de dois anos atrás. Em 2015, o Congresso Nacional aprovou a fórmula com vigência até 2019.

**Teto de gastos** - No comunicado, o FMI também considera acertada a intenção do governo de controlar os gastos públicos. A proposta do Palácio do Planalto é limitar os gastos à inflação do ano anterior, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241.

Para o fundo, “a aprovação e imediata implementação do teto de gastos (...) ajudaria a melhorar a trajetória do gasto público no longo prazo e permitiria a estabilização e eventual redução da participação da dívida pública no PIB”.

O FMI também comentou a situação financeira dos estados. “A trajetória ascendente dos gastos em muitos estados, incluindo alguns dos maiores, precisa ser contida por meio da adoção de uma regra similar à proposta pelo governo federal”, defendeu o organismo internacional.

**Previdência e trabalho** - Com relação à Previdência Social, o FMI defendeu uma reforma ampla, incluindo a modificação das regras para idade. “No interesse da prudência fiscal, bem como da equidade e justiça, a reforma deveria abranger os regimes para empregados do setor público em todos os níveis do governo”, afirma o comunicado.

O relatório diz também que, para mitigar o impacto das mudanças sobre os pobres, o pacote de reforma deveria incluir disposições destinadas a proteger os mais vulneráveis.

O organismo é favorável ainda a que o Brasil faça uma série de reformas estruturais, incluindo a trabalhista. “Reformas destinadas a facilitar o emprego produtivo e reduzir incentivos à informalidade promoveriam criação de empregos, investimento e crescimento”, diz o comunicado.

**Outras reformas** - Outras reformas estruturais propostas são mudanças regulatórias para tornar o programa de concessões mais atraente a investidores, para resolver os gargalos de infraestrutura. O FMI defende também uma abertura da economia, com redução de tarifas e barreiras não tarifárias.

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, comentou o relatório do organismo internacional. Segundo ela, a divulgação do relatório foi feita com ciência do governo brasileiro e a avaliação do FMI é importante.

“Damos valor a avaliações externas, quer sejam de organismos internacionais, quer sejam de outros pares nacionais. [Essas avaliações] ajudam a qualificar medidas de consolidação fiscal”, afirmou Ana Paula, que falou sobre o assunto mais cedo, em coletiva de imprensa para divulgação do resultado primário do Governo Central.

*Fonte: Agência Brasil*

## Relatório sobre MP que facilita privatizações no setor elétrico pode ser votado na segunda

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 735/16, que altera leis do setor elétrico para facilitar a transferência de ativos e as privatizações de empresas da Eletrobras, reúne-se na segunda-feira (3) para apreciar o parecer do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA).

A MP muda a Lei 12.783/13 e autoriza a União a transferir uma empresa de energia elétrica sob seu controle direto ou indireto (que pode ser



geradora, transmissora ou distribuidora de energia) ao consórcio privado vencedor da licitação pelo prazo de 30 anos. A licitação do serviço está associada, portanto, à transferência da empresa que já explora os ativos.

A medida permite a transferência do controle societário da concessionária, como opção à caducidade da concessão, para grupo com habilitação técnica, jurídica e financeira para garantir a prestação adequada do serviço.

O texto estabelece também que caberá à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a partir de 2017, a responsabilidade de gerir a Reserva Global de Reversão (RGR), que financia o programa de universalização do acesso à energia. E promove ainda modificações na gestão e no rateio das cotas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que assegura o acesso à energia em todo o território nacional.

A MP 735 teve o prazo final de vigência prorrogado para 20 de outubro. Se aprovada na comissão mista, a matéria ainda será votada pelos plenários da Câmara e do Senado.

*Fonte: Agência Câmara*

## Oposição e base governista divergem sobre reforma da Previdência

A reforma da Previdência Social, que está sendo ultimada pelo governo Temer, não contará com o apoio da oposição. A senadora Gleisi Hoffman (PT-PR) afirma que os partidos de oposição não vão aceitar a desvinculação dos benefícios da Previdência do salário mínimo. Para

ela, essa mudança prejudicaria a população mais pobre. Da mesma forma, a oposição critica a elevação da idade mínima de aposentadoria para 65 anos. A senadora petista sustenta que a medida vai prejudicar também os mais pobres que começam a trabalhar mais cedo em atividades exaustivas como a construção civil.

Já o senador José Medeiros (PSD-MT), da base governista, informou que a reforma da Previdência deve ficar para 2017. Segundo ele, neste final de ano o governo dará prioridade à aprovação da PEC que limita os gastos públicos pelos próximos 20 anos e que já está tramitando na Câmara dos Deputados.

*Fonte: Agência Câmara*

## Militares devem ser diferenciados na reforma da Previdência, diz ministro

O ministro da Defesa, Raul Jungmann, disse nesta quinta-feira (29) que os militares devem ser diferenciados dos demais contribuintes, principalmente dos servidores públicos, na discussão de mudanças na Previdência. No entanto, segundo Jungmann, os militares estão dispostos a participar do esforço para resolver o déficit histórico da Previdência Social. O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, já havia dito que os integrantes das Forças Armadas deverão ficar de fora das novas regras para aposentadoria elaboradas pelo governo.

“Antes de tudo, o militar não tem Previdência [mas um sistema de proteção social]. Entendo que a Constituição trabalha com duas categorias: o servidor e o militar, com suas distinções e singularidades”, disse Raul Jungmann. “Mas isso tudo será ainda definido pelo presidente Michel Temer.”

Entre os fatores que diferenciam os militares dos servidores públicos civis, Jungmann citou a impossibilidade de fazer greve ou de se sindicalizar, a inexistência de hora extra e a dedicação exclusiva. “O militar trabalha, como, por exemplo agora durante a Olimpíada, às vezes 12, 14, 16 horas. O militar expõe a vida. Então, de fato, não é privilégio. É o reconhecimento da singularidade”, argumentou.

“Não acredito que tratar desiguais igualmente é injustiça. É preciso reconhecer que os desiguais devem ser tratados desigualmente. Não é privilégio. Para os senhores terem uma ideia, um militar hoje tem, dentre todas as categorias de Estado, a menor remuneração inicial ou final”, comparou.

Segundo Jungmann, os militares estão dispostos a colaborar com a reforma da Previdência. “Eu chamo atenção para uma coisa: [o fato de haver uma diferenciação] não quer dizer que a Defesa e que as Forças Armadas não vão contribuir com a reforma. Não queremos e recusamos privilégios. Vamos contribuir e vamos dar a nossa parte. Apenas defendemos nossa especificidade”, acrescentou, sem detalhar como seria essa contribuição.

*Fonte: Agência Brasil*



## Petroleiros rejeitam contraproposta e decretam estado de greve

Os petroleiros decretaram estado de greve nesta quinta-feira. A categoria rejeitou a contraproposta apresentada pela Petrobras para a renovação do Acordo Coletivo.

Que propõe redução em 50% do valor das horas extras em regimes especiais de trabalho, substituição do auxílio almoço por vale refeição e redução de jornada com diminuição do salário, além de reajuste zero no salário base.

O movimento ganhou impulso após a divulgação do novo Plano de Negócios e Gestão da empresa, que prevê segundo o sindicato, um processo de desmonte gradual do sistema Petrobras no país.

O novo plano também anunciou a retirada integral da estatal das áreas de produção de biocombustíveis, fertilizantes, distribuição de gás de cozinha e participações na área petroquímica.

A decisão da empresa se sustenta na necessidade de melhorar a capacidade de investimento da estatal e evitar mais dívidas. Em nota, a categoria diz que sempre discordou de que



a Petrobras venda partes de seu patrimônio para pagar dívidas.

O coordenador da Federação Nacional dos Petroleiros Emanuel Cancela destaca a ações dos trabalhadores para uma possível greve em todo o país.

O Sindicato dos petroleiros propõe reajuste da tabela salarial conforme o maior índice de inflação acumulado entre setembro de 2015 e agosto deste ano, acrescido da Produtividade e Ganho Real de 10%.

Segundo o sindicato, o cálculo da produtividade e ganho real tem como base o valor agregado à Petrobras no período, incorporação da gratificação e produtividade.

Uma nova rodada de negociação do Acordo Coletivo com a Federação Única dos Petroleiros está prevista para os próximos dias. A Petrobras, no entanto, não confirma reuniões com outras entidades sindicais.

*Fonte: Portal EBC*

## Tribunal cria centro de mediação para solução consensual de conflitos

O Pleno do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou nesta quarta-feira (28) um projeto de emenda para incluir no regimento interno da corte a criação de um centro de mediação para solução de conflitos.

O Centro de Soluções Consensuais de Conflitos terá um ministro como coordenador, a ser indicado pelo presidente do STJ, e sua implementação será regulada por meio de ato normativo a ser futuramente editado.

Trata-se de mais uma etapa de adaptação do regimento interno do STJ ao novo Código de Processo Civil (CPC), que torna obrigatória a etapa de mediação em alguns procedimentos, como questões de família, salientou o ministro Luis Felipe Salomão, presidente da comissão interna que propôs a mudança.

**Sinalização** - “Seguimos a sugestão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para instituir um centro de mediação. É uma sinalização para o restante do país, uma inovação positiva. Um exemplo para os outros tribunais”, avaliou Salomão, ao ressaltar o apoio dado à iniciativa pela presidente do STJ, ministra Laurita Vaz.

Segundo o projeto de emenda regimental aprovado, o relator poderá encaminhar de ofício o processo para a mediação. Caso uma das partes desse processo não tenha interesse em participar da mediação, bastará se manifestar por petição.

Para o ministro Marco Buzzi, a criação do centro é um “momento simbólico” na política institucional do Poder Judiciário, que “há anos está em busca de uma mudança de mentalidade” para incentivar a mediação.

*Fonte: STJ*

## Justiça do Trabalho arrecada mais de R\$ 680 milhões para pagamento de dívidas

Em meio à crise política e orçamentária que o Brasil enfrenta, a Justiça do Trabalho arrecadou, em uma semana, mais R\$ 680 milhões para pagamento de dívidas trabalhistas. O montante



representa o fim do processo, com a efetiva liquidação de direitos para mais de 93 mil pessoas.

Os números são resultados da 6ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, realizada de 19 a 23 de setembro, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. As estatísticas demonstram o esforço conjunto dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho para que as partes recebessem, de fato, os valores que lhes eram devidos em processos já julgados pela Justiça do Trabalho.

Para o coordenador da Comissão Nacional de Execução Trabalhista, ministro Cláudio Brandão, o resultado do evento é um sucesso diante da crise econômica enfrentada no país. "Os números são muito semelhantes ao da edição anterior do evento, demonstrando que, mesmo diante de uma adversidade na economia, a Justiça do Trabalho vêm cumprindo seu papel na execução trabalhista, beneficiando assim, milhares de trabalhadores."

**Estatísticas** - Do valor arrecadado, 58,8% são decorrentes de acordos homologados, mais de 12 mil no total. As regiões judiciárias que obtiveram as maiores arrecadações decorrentes de acordos foram: 15ª Região (Campinas), com 1.977 acordos, 3ª Região (MG), com 1.860 acordos, 1ª Região (RJ), com 1.497 acordos e 2ª Região (SP), com 1.854.

Já o valor arrecadado com os leilões representou 33,6% do montante total. Foram mais de 1.200 leilões em todo o país, com R\$ 54 milhões arrecadados para serem distribuídos a quem tem direito em processos trabalhistas na fase de execução - onde se buscam obter os meios para quitação dos créditos ganhos em sentença.

Aos cofres públicos, nos acordos, foram recolhidos mais de R\$ 18 milhões a título de recolhimentos de INSS e IR. Outro valor significativo, entregue simbolicamente na abertura

da 6ª semana, foi o alvará de levantamento da 3ª fase do processo de execução contra a empresa de aviação falida Vasp: mais de 1,9 mil trabalhadores de todo o país receberam suas indenizações, que somadas chegaram a R\$ 70 milhões.

*Fonte: TST*

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

***Francisco Chagas Costa – Mazinho***

Secretário para Assuntos de Comunicação

***Luis Carneiro Rocha***

Redação e Edição

***Instituto Dois Candangos (DF)***